

Constituintes ausentes não terão mais jetons

BRASÍLIA — A Mesa da Constituinte decidiu, enfim, punir os *gazeteiros*. Quem faltar a quatro sessões seguidas ou a sete alternadas perde 1/30 do subsídio por dia de ausência, o que corresponde a cerca de Cz\$ 21 mil. “É uma punição forte. Quem faltar a quatro sessões vai perder, de cara, mais de Cz\$ 80 mil”, exultou o primeiro-secretário da Constituinte, deputado Marcelo Cordeiro (PMDB-BA).

“É uma medida que tínhamos que tomar para preservar o quórum. Sabemos que a sorte das emendas depende muito do comparecimento. Os que não vêm trabalhar impedem aqueles que aqui estão de trabalhar. Esse foi o objetivo da medida tomada”, justificou o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães.

A decisão da Mesa, tomada após quatro meses de protelação, foi considerada branda pelo líder do PMDB, senador Mário Covas. Do microfone do ple-

nário, ele pede que Ulysses fizesse a comunicação oficial. Depois de ouvir a resolução, comentou: “Quer dizer que só depois de o parlamentar faltar a quatro sessões é que será punido?”

Para o deputado Paulo Delgado (PT-MG), um dos primeiros a pedir a punição dos *gazeteiros*, a medida foi positiva. “Sabemos que muitos constituintes não precisam do dinheiro que lhes será descontado. Mas a sociedade vai tomar conhecimento de que, ao faltarem ao trabalho, estão sendo punidos. O trabalhador que falta a um dia pode ser demitido e tem o salário descontado. A diferença entre o cidadão comum e o parlamentar diminui”, observou.

Delgado estava no Salão Verde da Câmara, quando Ulysses saía para almoçar, após a reunião da Mesa. “Tomamos as medidas possíveis”, disse-lhe o presidente da Constituinte. “Acho que agora vamos resolver de uma vez por todas esse problema de quórum.”

‘Centrão’ se prepara para voltar ao cenário

A máquina se pôs de novo em movimento. No início da semana, o deputado Luiz Eduardo Magalhães (PFL-BA), um dos mais ativos líderes do *Centrão*, telefonou para o senador Albano Franco (PMDB-SE), presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), e disparou: “Está na hora”. Albano aceitou a senha: por telex, despachou mensagens para os presidentes das 23 federações de indústrias do país. Que eles fizessem o que sabiam que tinha de ser feito. Alguns desses presidentes desembarcaram em Brasília no meio da semana, entre eles o paulista Mário Amato.

Sem que precisassem ter sido acionados, empresários de diversos estados e seus bem remunerados assessores começaram a lotar apartamentos de hotéis do Setor Hoteleiro Sul da cidade - especialmente nos hotéis San Marco e Saint Paul, onde costumam se alojar com frequência. No Lago Sul de Brasília, duas mansões que pertencem a poderosas empresas abriram suas portas para recepções e reuniões de negócios entre discretos senadores e deputados, e seus ainda mais discretos anfitriões. Há três dias que o deputado Basílio Villani (PMDB-PR) não larga o telefone.

Com a ajuda dos seus patrocinadores, o *Centrão* começou a se preparar para a batalha da Constituinte que, de fato, lhe deu origem — a votação do capítulo da Ordem Econômica da futura Constituição. Os presidentes de federações foram orientados para caçar senadores e deputados que insistem em permanecer nos estados e despachá-los para Brasília nos primeiros vãos da próxima segunda-feira. No dia seguinte, o capítulo será submetido a voto. Villani faz o mesmo. A UDR de Ronaldo Caiado está pronta para usar uma frota de jatinhos na captura dos votos mais difíceis e mais distantes.

Dinheiro, afinal, não lhe falta — nem às entidades empresariais interessadas no sucesso do *Centrão*. Sob a supervisão do advogado Ney Figueredo, da Federação das Indústrias de São Paulo, existe um fundo, calculado em 30 milhões de dólares, que vem sendo usado, desde o final do ano passado, para pagar algumas despesas com integrantes do *Centrão* — viagens, ajudas de custo, doações para obras, coisas assim.

Há despesas menores que são pagas, diretamente, por federações e confederações. “Dinheiro não é problema”, assegura um advogado que dá expediente diário no Salão Verde do Congresso. Um dos artigos da Ordem Econômica que mais polarizam é o que define a empresa nacional. Mário Amato é a favor de uma definição mais abrangente, que considera como empresa nacional toda aquela estabelecida no Brasil. Sem restrições de qualquer ordem.

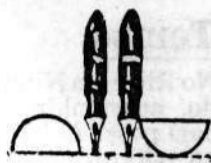
O empresário Antônio Ermírio de Moraes e o senador Albano Franco discordam de Amato. Ou se tira o assunto da nova Constituição ou se determina que empresa nacional é aquela controlada por brasileiro nato. As divergências alimentadas pelos empresários quanto a esse e a outros aspectos da Ordem Econômica se refletem, é lógico, no âmbito do *Centrão*. Ali, de repente, descobriu-se que grassa a mais completa confusão em relação ao artigo do projeto de Constituição da Comissão de Sistematização que cria o monopólio estatal da distribuição de combustíveis.

O monopólio foi proposto pelo deputado Fernando Santana (PCB-BA). Petrobrás, Shell, Esso, Atlantic e demais interessados, de um lado e do outro, se uniram para derrubar a idéia de Santana. Correndo por fora e com discrição, o sindicato dos transportes, revendedores e retalhistas de combustíveis amealhou um considerável número de votos para aprovar uma emenda do deputado Marx Rosemann (PMDB-PR) que altera profundamente, a atual situação do setor. Os retalhistas, hoje, só distribuem óleo diesel. Pela emenda, passarão a distribuir gasolina e álcool.

Os presidentes da Shell e da Atlantic se reuniram anteontem à noite em Brasília com o senador Albano Franco. Estão apavorados com a possibilidade de aprovação da emenda de Rosemann. O presidente da Esso esteve com Albano na última segunda-feira. Há uma corrente dentro do *Centrão* que se dispõe a votar até mesmo favoravelmente ao monopólio estatal imaginado por Santana. Contra a máquina que se pôs em movimento para reunir o *Centrão* em Brasília na próxima semana, o senador Mário Covas (PMDB-SP), líder do PMDB na Constituinte, sabe que não adianta lutar.

Covas e seus aliados apostam é na divisão do *Centrão* e dos seus inspiradores.

Ricardo Noblat



Faltosos perdem subsídio móvel

Os constituintes ausentes vão sofrer desconto em seu subsídio variável, que chega atualmente a Cz\$ 644 mil. Este é o salário de um deputado:

Subsídio fixo	Cz\$ 195 mil
Auxílio moradia	Cz\$ 140 mil
Encargos de gabinete (pagamento pelo trabalho na Constituinte)	Cz\$ 340 mil
Auxílio transporte	Cz\$ 164 mil
Total:	Cz\$ 839 mil

Obs.: os constituintes têm, ainda, direito a quatro passagens aéreas mensais de ida e volta a seus estados.

Lideranças tentam acordo

Reunidos numa das salas da liderança do PMDB, os líderes de vários partidos e do *Centrão* começaram a discutir a Ordem Econômica, tentando chegar a um acordo nos pontos polêmicos. Ao final do encontro, a única decisão tomada foi a de prosseguir com os entendimentos hoje e durante o fim de semana, num esforço concentrado para evitar o confronto no plenário.

Pelo *Centrão*, vieram os deputados Luís Roberto Ponte (PMDB-RS), José Geraldo (PMDB-MG) e Afif Domingos (PL-SP). Representaram o PMDB o líder Mário Covas e os deputados Antônio Britto e Euclides Scalco (PR), além do deputado Artur da Távola (RJ) e o

senador Severo Gomes (SP). O PDT, o PFL, o PDS e os pequenos partidos também estiveram presentes.

Severo reuniu-se ontem também com militares do Conselho de Segurança Nacional, num encontro que preocupou o *Centrão*. Depois que pemedebistas informaram que o CSN estava apoiando o texto da Sistematização sobre a nacionalização da mineração, os deputados Ricardo Fiúza (PFL-PE) e Luís Eduardo resolveram procurar o general Bayma Denys, secretário-geral do Conselho. Voltaram do encontro desmentindo que o órgão esteja endossando as teses da Sistematização.

Brasília — Luciano Andrade



☐ Dizendo a todo instante que ingressava no “PL” por iniciativa própria, o escritor mineiro Mário Palmério, de 73 anos (o segundo à esquerda), assinou sua ficha de filiação ao PFL, em solenidade no gabinete do ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves. Ele já foi deputado federal em três legislaturas, pelo PTB, de 1950 a 1962, mas não quer

voltar à política. “Filiei-me no PL (PFL) por ser amigo de todos os que estão no partido”. Disse que apóia Sarney com entusiasmo: “É um homem paciente, bondoso, honesto, incapaz de fazer uma maldade. Se o país enfrenta problemas, a culpa não é dele. Há liberdade, os partidos são legais, cada um fala o que quer”.